Jornal do senado

www.senado.leg.br/jornal

Ano XXIV — Nº 4.931 — Brasília, sexta-feira, 29 de junho de 2018

Edilson Rodrigues/Agência Senado

Câmara e Senado estão presentes, em Brasília, na Campus Party, um dos maiores eventos de tecnologia do mundo

Congresso lança maratona hacker em evento

O Parlathon 2018 — maratona hacker com ênfase no Parlamento — foi lançada pelo Congresso Nacional ontem na Campus Party Brasília. A intenção é que programadores, designers, inventores e empreendedores desenvolvam aplicativos móveis que permitam visualizar, compreender e acompanhar a tramitação de um projeto de lei no âmbito do Congresso. A melhor equipe será premiada com tablets e ingressos para a Campus Party de São Paulo. O evento de Brasília, que está sendo realizado no Estádio Mané Garrincha, começou na quarta-feira e vai até domingo. 2

Marco do transporte de cargas chega ao Senado

Projeto foi uma das reivindicações dos caminhoneiros para encerrar a greve de maio. Senadores acreditam que o texto, já aprovado na Câmara, poderá ser votado antes do recesso de julho

O texto do novo Marco Regulatório do Transporte Rodoviário de Cargas, aprovado quarta-feira na Câmara, já está tramitando no Senado. A proposta, fruto do acordo do governo com os caminhoneiros para pôr fim à greve da categoria, estabelece regras de segurança nas estradas, infrações e condições de contratação de transportadores, como pagamento, seguros e vale-pedágio.

Senadores defendem que a análise do projeto seja rápida. O presidente do Senado, Eunício Oliveira, lembrou que a Casa trabalhará normalmente até a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que marca o início do recesso, a partir de 17 de julho. 3

Município gaúcho pede recursos para conter surto de toxoplasmose

O surto de toxoplasmose que atinge a cidade de Santa Maria (RS) foi tema de audiência pública ontem na Comissão de Direitos Humanos. Médicos, gestores de saúde e representantes do Ministério Público debateram com os senadores medidas para conter a doença, que já tem pelo menos 569 casos confirmados na cidade.

Os debatedores cobraram recursos e ações do governo federal para campanhas de prevenção e para identificação e tratamento dos doentes. O senador Paulo Paim entregou ao representante do Ministério da Saúde uma lista com as principais demandas. 4

Geraldo Magela/Agência Senado

Audiência presidida por Paim discute medidas para enfrentamento da doença

Debatedores querem mudanças em fundo do DF

Em audiência na Comissão Senado no Futuro, debatedores questionaram o Fundo Constitucional do Distrito Federal, verba da União destinada às áreas de segurança, saúde e educação do DF.

Para alguns, o fundo é mal administrado. Membros do governo de Brasília pedem novas regras. 2

Roque de Sá/Agência Senado

Presidente do colegiado, Hélio José *(C)* comandou o debate sobre o fundo do DF

Comissão discute hoje eleições e justiça social

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa faz audiência pública hoje para debater o tema "Justiça social, representatividade e as eleições de 2018". Entre os convidados, estão economistas e cientistas sociais. 4

Incra: assentados respondem por 5% do desmate

Em audiência na Comissão de Meio Ambiente, na terça-feira, Ruberval Lopes, do Incra, disse que 5% dos desmatamentos podem ser atribuídos a assentados. Pessoas que adquiriram as terras ilegalmente respondem por 30%. 4

Caduca MP do imposto sobre passagem aérea

A medida provisória que prorroga a dispensa de retenção na fonte de tributos sobre passagens aéreas compradas por órgãos públicos perde vigência hoje. A MP foi aprovada na comissão mista, mas não tramitou na Câmara. 4

Fundo do DF deve ter nova gestão, aponta audiência

Debate na Comissão Senado do Futuro expôs divergências sobre a administração dos recursos constitucionais que o Distrito Federal recebe da União. Valor vai para segurança, saúde e educação

Enquanto policiais pedem reposição salarial e aumento de efetivo, representantes do governo de Brasília alegam que é preciso alterar as regras do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) para que as demandas sejam atendidas. A gestão dos recursos do fundo foi tema de audiência ontem da Comissão Senado do Futuro (CSF).

O FCDF, repassado da União para o Distrito Federal, é usado para manter a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, além servir como assistência financeira ao DF para a execução de serviços públicos, como saúde e educação. O valor do repasse é corrigido pela variação da receita corrente líquida (RCL) da União e os recursos são administrados pelo Distrito Federal.

Para o presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal, Rodrigo Fernandes Franco, a gestão dos recursos do fundo é equivocada. Ele apontou como preocupações as perdas salariais, que já chegam a 58%, além da necessidade de reposição do efetivo, que já tem deficit superior a 50%, e a reforma e construção de delegacias. Para ele, há desvio de finalidade na gestão dos recursos,o que já levou o sindicato a entrar com uma ação do Supremo Tribunal Federal (STF).

— O governo do Distrito Federal realiza manobras contábeis, utilizando o fundo constitucional para cumprir os mínimos constitucionais em educação e saúde — afirmou Franco.

Atualmente, o fundo soma R$ 13,7 bilhões, de acordo com o subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Fazenda, Nerylson Lima da Silva. O gasto com organização e manutenção das forças de segurança pública, segundo ele, corresponde a 57,6% dos recursos.

O subsecretário do Tesouro da Secretaria de Fazenda do DF, Fabrício de Oliveira Barros, lembrou que não só a segurança pública, mas todas as áreas, precisam de recursos e que as demandas, em geral, são muito maiores que os valores disponíveis.

— Dada a limitação do fundo, cada vez que mais recursos são alocados na segurança, menos recursos são alocados na saúde e na educação.

Roque de Sá/Agência Senado

Hélio José *(C)* comanda o debate sobre o Fundo Constitucional do DF

Dia Nacional da Imigração Chinesa será 15 de agosto

A data de 15 de agosto será celebrada como o Dia Nacional da Imigração Chinesa. A homenagem foi incluída no calendário oficial nacional pela Lei 13.686, sancionada pela Presidência da República e publicada na quarta-feira no *Diário Oficial da União*.

A lei tem origem no Projeto de Lei da Câmara (PLC) 42/2018, aprovado pelo Senado no dia 30 de maio.

A chegada oficial dos primeiros imigrantes chineses a São Paulo, de acordo com registros oficiais, ocorreu em 15 de agosto de 1900, por isso a escolha da data para a celebração anual.

A relatora na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) foi a senadora Marta Suplicy (MDB-SP), que recomendou a aprovação do projeto, do deputado Fausto Pinato (PP-SP).

Surto em Santa Maria preocupa Ana Amélia

Marcos Oliveira/Agência Senado

Ana Amélia (PP-RS) manifestou preocupação com o surto de toxoplasmose em Santa Maria (RS).

As autoridades ainda tentam identificar a origem do problema, mas recomendam que a população beba apenas água fervida e lave hortaliças em água corrente.

— É fundamental o envolvimento da comunidade e que as autoridades criem mecanismos de prevenção nesse processo — disse a senadora.

Vanessa: pesquisa reflete como vai o governo Temer

Marcos Oliveira/Agência Senado

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) destacou a última pesquisa CNI/Ibope, que revela que 92% dos entrevistados não confiam em Michel Temer. O resultado ruim, segundo ela, é reflexo do péssimo desempenho de um governo responsável por perdas de direitos sociais, diminuição da renda dos trabalhadores e desemprego.

— Isso sinaliza que o povo quer a volta do que tinha no governo Lula. O povo quer a volta de um governo que olhe para ele.

Congresso lança Parlathon na Campus Party Brasília

O Congresso Nacional lançou ontem, durante a Campus Party Brasília, o Parlathon 2018 — uma maratona hacker *(hackathon)* com ênfase no Parlamento.

A iniciativa voltada aos participantes da Campus Party reúne desenvolvedores, programadores, designers, inventores e empreendedores para o desenvolvimento de aplicativos móveis ou web-responsivos que possibilitem visualizar a tramitação de um projeto de lei no âmbito do Congresso, que foi representado no evento pelo chefe de Serviços de Soluções para o Plenário do Senado, Marco Antônio Motta, e pelo analista de informática Legislativa da Câmara Francisco Edmundo Andrade, entre outros.

Motta explicou detalhes técnicos dos dados abertos e princípios básicos do processo legislativo dentro do Congresso. Já Andrade explicou as regras da maratona, que vai até amanhã, e da premiação. A equipe que conseguir o primeiro lugar vai receber 3 tablets e 3 ingressos para a Campus Party de São Paulo. O segundo e o terceiro lugares serão premiados com ingressos para o evento paulista.

Hoje, às 11h30, será lançado o Desafio VisitApp, um concurso para o desenvolvimento de um aplicativo sobre a visitação ao Congresso Nacional.

Os vencedores serão premiados com R$ 15 mil (1º lugar), um notebook (2º lugar) e R$ 5 mil (3º lugar). Os trabalhos serão analisados por uma comissão julgadora e a divulgação do resultado está prevista para o mês de novembro.

A Campus Party Brasília começou na quarta-feira e vai até domingo, no Estádio Mané Garrincha. Além do Parlathon e do Desafio VisitApp, o Senado vai participar do evento com a realização de palestras e com a coleta de dados para pesquisas.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: http://bit.ly/agendaLegislativa

PLENÁRIO **Sessão não deliberativa**
9h Sessão sem votações, destinada a discursos e avisos da Mesa.

CDH **Justiça social e eleições**
9h30 Audiência interativa sobre justiça social, representatividade e eleições.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: http://bit.ly/plenarioOnline

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: http://bit.ly/comissoesOnline

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: http://bit.ly/audienciainterativa
• Alô Senado: **0800 612211**
Acompanhe: • Portal e-Cidadania: **senado.leg.br/ecidadania**
• Facebook: **senadofederal** • Twitter: **@agencia_senado**
• TV: **senado.leg.br/TV**

Mesa do Senado Federal

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário:
Eduardo Amorim, Sérgio Petecão,
Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

Secretaria de Comunicação Social

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

Secretaria Agência e Jornal do Senado

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Site: www.senado.leg.br/jornal — E-mail: jornal@senado.leg.br — Twitter: @SenadoFederal — facebook.com/SenadoFederal
Tel.: 0800 612211 — Av. N2, Bloco 11 do Senado Federal, 70165-900, Brasília, DF

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Senado analisa marco do transporte de cargas

Projeto, já aprovado na Câmara, faz parte do acordo do governo com o setor para pôr fim à greve dos caminhoneiros, em maio. Intenção é votar o texto até o recesso de julho

CHEGOU PARA ANÁLISE do Senado o novo Marco Regulatório do Transporte Rodoviário de Cargas, uma das reivindicações dos caminhoneiros que ficaram 11 dias em greve em maio. A aprovação do projeto (PL 1.428/1999) faz parte do acordo do governo com o setor para o fim da paralisação. A proposta será analisada na forma do substitutivo do deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP), aprovado na quarta-feira na Câmara.

Com 91 artigos, o marco regulatório estabelece regras de segurança nas estradas, infrações e condições de contratação de transportadores, como pagamento, seguros e vale-pedágio. As determinações valem para caminhoneiros autônomos, empresas de operação logística, transportadores de carga própria, cooperativas e empresas transportadoras de cargas e de valores, que ficam divididos de acordo com o número de veículos de carga e a capacidade de transporte em toneladas.

Para o senador Paulo Paim (PT-RS), a proposta tem chance de ser aprovada até o recesso parlamentar, por ser parte do acordo a partir da greve dos caminhoneiros.

— Não é uma questão de situação ou de oposição, é um acordo que foi firmado. O Congresso tem que assumir a responsabilidade de votar já na semana que vem.

Já a líder do MDB, Simone Tebet (MS), aposta em um período maior de discussão do projeto, visto o tamanho e a abrangência do texto. A senadora considera o marco necessário, porém acredita que ele deve ser analisado com cautela, principalmente sobre as relações contratuais. Dependendo do encaminhamento da proposta e da avaliação positiva dos senadores, ela também não desconsidera apresentar um pedido de urgência para adiantar a votação.

— São muitas questões, nós nunca tivemos um marco regulatório. Às vezes 30 dias a mais [de discussão] significa ter um marco regulatório eficiente e eficaz. O que não dá é para aprovar sem consenso.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, afirmou que até a aprovação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLN 2/2018), o Congresso estará aberto, logo, com possibilidade de votação da proposta. Ele assegurou que a Casa cumprirá o acordado entre a categoria e o Congresso.

Controle

Uma das principais determinações do marco é a criação do Documento Eletrônico de Transporte (DT-e) para facilitar o controle e fiscalização do tráfico de cargas. A forma de registro e o conteúdo do DT-e serão regulamentados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que terá autorização para compartilhar as informações do documento com as Fazendas públicas. O registro será obrigatório e também valerá para os Correios.

O projeto cria a Comissão Permanente do Transporte Rodoviário de Cargas, que terá a finalidade de melhorar o setor por meio de estudos técnicos. De caráter consultivo para suporte ao governo, o colegiado será coordenado pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e terá como uma das responsabilidades a elaboração e atualização constante de planilhas de custo de orientação por área de transporte.

O pleito dos caminhoneiros pela dispensa do pagamento do pedágio sobre os eixos suspensos dos caminhões, já previsto na MP 833/2018, foi contemplado também no marco regulatório. Segundo o projeto, os veículos de transporte de cargas que circularem vazios ficarão isentos, em todo o território nacional, da cobrança de pedágio sobre os eixos que permanecerem suspensos.

O vale-pedágio obrigatório, também já previsto na legislação, foi incluído no marco com alterações.

Segundo a proposta, o pagamento, feito por quem contrata o transportador, deverá ser realizado por meio eletrônico definido em regulamento da ANTT. É vedado o pagamento em espécie.

Punição

A penalidade para quem não pagar, que antes era multa de R$ 550 por veículo, passou a ser duas vezes o valor do frete da viagem em que se deu a irregularidade de pagamento.

Em casos de subcontratação, quando um transportador contrata outro para um serviço, o transportador subcontratante será responsável secundário pelo pagamento do pedágio.

O projeto define que a subcontratação de serviços de transporte é sempre uma relação empresarial e comercial, ainda que seja entre uma pessoa física e uma empresa. Assim, não há vínculo empregatício ou relação de trabalho.

O contrato de subcontratação definirá a forma de prestação de serviço do subcontratante: ou como agregado, quando o serviço for periódico e com remuneração certa, ou como independente, quando o serviço for prestado sem exclusividade e com ajustes de remuneração a cada viagem.

Já quando não previsto em contrato, de modo geral, o tempo de serviço de transporte terá duração mínima de 24 meses ou, se o serviço necessitar a compra de equipamento específico, de 48 meses.

Produtos agrícolas

Para o transporte de insumos e produtos agrícolas serão admitidos prazos menores de acordo com a sazonalidade das culturas. O projeto permite também a celebração de acordos individuais ou coletivos, entre contratante e motorista, com validade sujeita ao reconhecimento dos sindicatos das categorias envolvidas.

O marco regulatório define ainda como competência da Justiça comum o julgamento de ações relativas a contratos de transporte de cargas.

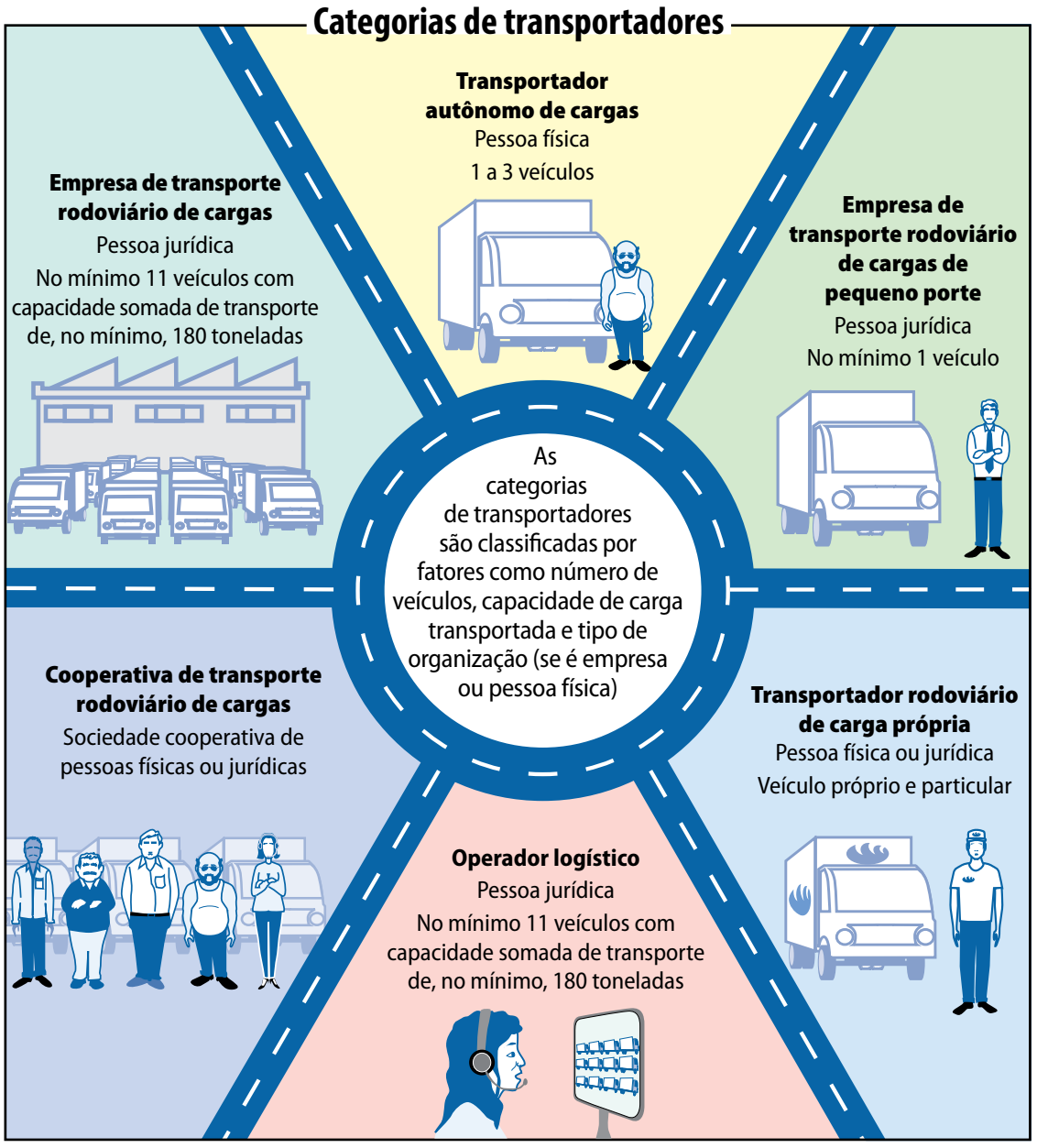
O texto cria, contudo, o Centro de Conciliação do Transporte (Cecont) para atuar na resolução de conflitos, que funcionará nos termos da Lei da Arbitragem (Lei 9.307, de 1996) sob a coordenação das entidades sindicais de transportadoras e de transportadores autônomos.

O projeto estabelece que o frete seja pago na entrega da carga por meio de depósito em conta de titularidade do transportador. O atraso, de acordo com a proposta, implica multa de 10% e juros de mora de 1% ao mês mais correção monetária. As movimentações na conta, no caso dos caminhoneiros autônomos, servirão de comprovante de renda.

Uma inovação trazida pelo marco é a criação do Plano Nacional de Renovação de Veículos de Transporte Rodoviário de Cargas, que funcionará por meio da concessão de créditos de carbono para a adoção de veículos que poluam menos, além de benefícios para a reciclagem de caminhões. A intenção é melhorar a segurança viária garantindo a renovação de veículos com idade máxima atingida e a sustentabilidade do meio ambiente.

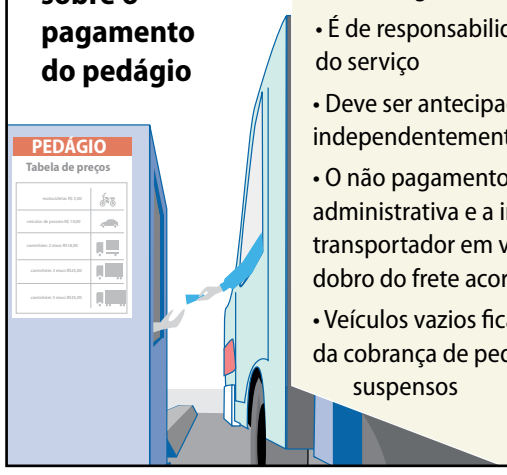
Com Agência Câmara

Categorias de transportadores



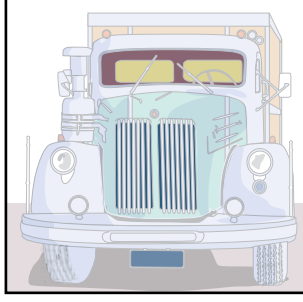
Vale-pedágio

Principais definições sobre o pagamento do pedágio



- Obrigatório na contratação de serviços de transporte rodoviário de cargas
- Não integra o valor do frete
- É de responsabilidade do contratante do serviço
- Deve ser antecipado independentemente do valor do frete
- O não pagamento implica multa administrativa e a indenização do transportador em valor equivalente ao dobro do frete acordado para a viagem
- Veículos vazios ficam isentos da cobrança de pedágio sobre os eixos suspensos

Critérios para a idade máxima dos veículos



- Tipos de produtos transportados
- Tipos de serviço
- Rotas e itinerários
- Distância percorrida
- Categoria do transportador

Surto de toxoplasmose assombra cidade gaúcha

Com 569 casos confirmados, doença preocupa autoridades e médicos de Santa Maria, que pedem recursos para conter contaminação. Situação foi discutida em audiência

O MUNICÍPIO DE Santa Maria (RS) está enfrentando um grande surto de toxoplasmose e precisa de ajuda do governo federal na definição de protocolos para atender, identificar e tratar doentes, para garantir os medicamentos adequados e para promover campanhas de conscientização sobre a doença. O apelo foi feito ontem em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos (CDH).

— É o maior surto do mundo, com consequências em longo prazo — disse a procuradora da República Tatiana Dornelles.

Desde março, quando se detectou o início da contaminação, até a semana passada, quando foi divulgado o último boletim epidemiológico, 569 doentes tiveram a confirmação e há outros 312 casos em investigação. O maior surto até então ocorreu do Paraná, em 2001, com cerca de 420 doentes. E nem mesmo remédios básicos foram enviados pelo Ministério da Saúde, destacou Tatiana.

Ainda não se identificou a fonte da doença, o que torna a contaminação por água e alimentos a hipótese mais provável. Sem a identificação, não é possível cessar o ciclo.

Geraldo Magela/Agência Senado

Paim *(3º à esq.)* preside debate com médicos, procuradoras e gestores de Santa Maria e do Ministério da Saúde

— A situação de Santa Maria serve de modelo e oportunidade para que o Ministério da Saúde estabeleça um protocolo para a doença, amplo, da prevenção até os insumos diagnósticos e a disponibilização de medicamentos — explicou o médico infectologista Alexandre Schwarzbold, do Hospital Universitário de Santa Maria.

Métodos de atendimento e rotinas de tratamento foram definidas e estruturadas com a colaboração dos gestores municipais, mas há risco de faltar recursos para manter as ações.

— Fomos eficientes no manejo do surto, mas precisamos consolidar essa eficiência. Não podemos ser eficientes sozinhos, precisamos de retaguarda — disse a médica infectologista Paula Martinez.

Gestantes

Gestores e médicos temem especialmente a contaminação das gestantes, já que a toxoplasmose passa para o feto e quase sempre leva à morte ou causa efeitos permanentes nos bebês, como danos neurológicos e cegueira. Já são 50 gestantes confirmadas, 145 casos em investigação e 5 abortos, e não há na cidade centros especializados para atender adequadamente os bebês que nascerão com deficiência. Nem mesmo o hospital universitário é reconhecido como especializado e de alta complexidade, o que dificulta a destinação de mais recursos, destacou a procuradora da República Lara Caro.

Os debatedores ressaltaram a importância de ações de controle ambiental para conter a doença. Ações de higiene, como fervura de água para eliminar os oocistos esporulados (que contêm os protozoários causadores da toxoplasmose), precisam ser divulgadas para a população, mas até mesmo para isso faltam recursos. É preciso conscientização para ações simples como a limpeza de caixas d'água, para eliminar o lodo onde o causador da doença pode sobreviver.

— A população tem que se engajar. Não dá para esperar que só o município, o governo, a União, os entes [públicos] façam a sua parte — disse a procuradora-geral de Santa Maria, Rossana Schuch.

A médica Jane Costa frisou a necessidade de controle da população de felinos, já que é no intestino dos gatos que o ciclo de desenvolvimento do protozoário se completa.

Uma lista de demandas foi entregue pelo senador Paulo Paim (PT-RS) ao secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, Osnei Okumoto.

A adoção de protocolo nacional de diretrizes em caso de epidemia de toxoplasmose, reforço da verba para o hospital que atende gestantes e crianças com a doença congênita e diretrizes para exame mensal da doença no pré-natal e no teste do pezinho foram algumas das demandas. Também foi pedida a instituição de uma política nacional de prevenção da doença.

Comissão debate hoje justiça social e eleições

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) fará audiência pública hoje, às 9h30, para debater o tema "Justiça social, representatividade e as eleições de 2018".

Foram convidados o diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Diversidade, Helio Santos, a advogada e economista Lia Lopes, a comunicadora social Laura Zito, a professora Ana Flávia Magalhães Pinto, do Departamento de História da Universidade de Brasília (UnB), e o cientista social Raphael Sebba.

Também discutirão o tema o presidente da Frente Favela Brasil, Derson Maia, o diretor-executivo da ONG Educafro, frei David Santos, a representante da Casa Frida, Hellen Frida, e o advogado e professor da rede de cursinhos Emancipa, Marivaldo Pereira.

A reunião foi solicitada pelo vice-presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS).

Perde eficácia MP do imposto sobre passagem aérea

Encerra-se hoje a vigência da medida provisória que prorroga de 2017 até 2022 a dispensa de retenção na fonte de quatro tributos incidentes nas compras de passagens pelos órgãos públicos diretamente das companhias aéreas.

A MP 822/2018 foi aprovada no dia 29 de maio pela comissão mista, mas sua tramitação na Câmara dos Deputados dependia de leitura em Plenário do ofício encaminhando a medida à Casa, o que não ocorreu até o momento.

A MP também viabiliza o usufruto de benefício fiscal por meio do Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine) no ano de 2018. O parecer do deputado Delegado Edson Moreira (PR-MG) na comissão mista foi pela aprovação da redação original. Como a MP tem força de lei, as compras realizadas com essa sistemática no período de vigência da medida ficam validadas.

De acordo com o texto, na compra de passagens por meio do Cartão de Pagamentos do Governo Federal, não seria necessário reter, até 31 de dezembro de 2022, os valores equivalentes ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), à Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Esses tributos representam 7,05% do valor das passagens.

A regra geral no serviço público é a retenção dos quatro tributos na aquisição de bens ou serviços, determinada pela Lei 9.430, de 1996. A norma, no entanto, dispensou a prática tributária para a compra de passagens áreas entre os anos de 2014 e 2017.

Quando a medida foi adotada pela primeira vez, o governo alegou que a dispensa da retenção era necessária porque os cartões corporativos não discriminam, nas faturas, os impostos que incidem sobre as passagens aéreas compradas nesses cartões, o que dificultava a retenção na fonte.

As passagens são compradas por meio de sistema centralizado, administrado pelo Ministério do Planejamento. As quatro grandes companhias aéreas do país se credenciaram para vender os bilhetes por meio do cartão corporativo.

A dispensa de retenção não significa isenção fiscal. Os órgãos públicos apenas não precisam antecipar na fonte os impostos. As companhias áreas deveriam repassar os valores posteriormente.

Pedro França/Agência Senado - 26/6/2018

Ruberval Lopes, do Incra, e José Medeiros, que presidiu a audiência

Assentados desmatam pouco, afirma representante do Incra

Cerca 30% dos desmatamentos recentes ocorridos em assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em áreas da Amazônia Legal são de responsabilidade de pessoas que adquiriram irregularmente essas áreas, e não dos proprietários legítimos selecionados pela autarquia.

A informação está em pesquisa do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) e foi dada pelo chefe da Divisão de Recursos Naturais do Incra, Ruberval Lopes, em audiência pública na Comissão de Meio Ambiente (CMA). O debate tratou da situação de agricultores familiares em Mato Grosso acusados pelo Ministério Público de desmatamento ilegal.

— Nesses 30%, há invasores de terras, alguns grileiros. Então, há pessoas que não fazem parte do nosso público, porque o Incra destina terras para algumas pessoas, e, infelizmente, as famílias acabam saindo por diversos motivos — disse Lopes, destacando que apenas 5% das derrubadas nos assentamentos podem ser atribuídas aos assentados pelo Incra.

Autor do requerimento da audiência, José Medeiros (Pode-MT) manifestou preocupação com a criminalização dos agricultores. Segundo ele, a exigência do Ministério Público de que as áreas desmatadas sejam recuperadas com plantio de espécies nativas será muito onerosa para os produtores rurais.

— A gente tem que procurar saídas para que os agricultores possam ter condições de sobreviver — afirmou Medeiros.